

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O FUNCIONAMENTO DA LÍNGUA: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE O DIZER

LINGUISTIC VARIATION AND THE FUNCTIONING OF LANGUAGE: A DISCURSIVE PERSPECTIVE ON SAYING

MARILDA ALVES ADÃO CARVALHO

Docente da UEG - Universidade Estadual de Goiás,

Campus Sudoeste – Quirinópolis / GO

mari.carvalho@ueg.br

Resumo: O presente artigo fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e da Análise do Discurso, tendo como objetivo aprofundar a compreensão de como a variação linguística e os processos discursivos se articulam na constituição do sujeito social. De natureza qualitativa e bibliográfica, o estudo parte da concepção de que a linguagem é uma prática social viva, marcada por heterogeneidade, historicidade e ideologia, em que a variação linguística se configura como elemento constitutivo da língua e expressão legítima da diversidade cultural e social que caracteriza as interações humanas. Nessa perspectiva, os diferentes modos de dizer refletem identidades, pertencimentos e formas de inserção dos sujeitos nos espaços discursivos, revelando que a língua não é homogênea nem neutra, mas permeada por valores, disputas e significações em constante movimento. Desse modo, a variação linguística expressa o modo como os sujeitos se inscrevem na linguagem e produzem sentidos, situando-se historicamente nas relações sociais e simbólicas. Conclui-se que compreender a língua a partir de sua dimensão variacional e discursiva possibilita ampliar a compreensão sobre o funcionamento da linguagem e sobre a constituição dos sujeitos, reconhecendo a diversidade linguística como aspecto essencial da vida social e da construção de sentidos no espaço da linguagem.

Palavras-chave: Variação linguística. Discurso. Sujeito. Sentido.

Abstract: This article is based on the theoretical assumptions of Variationist Sociolinguistics and Discourse Analysis, with the aim of deepening the understanding of how linguistic variation and discursive processes are articulated in the constitution of the social subject. Qualitative and bibliographic in nature, the study is grounded on the conception of language as a living social practice, marked by heterogeneity, historicity, and ideology, in which linguistic variation is configured as a constitutive element of language and a legitimate expression of the cultural and social diversity that characterizes human interactions. From this perspective, the different ways of saying reflect identities, forms of belonging, and modes of insertion of subjects within discursive spaces, revealing that language is neither homogeneous nor neutral, but permeated by values, disputes, and meanings in constant movement. In this sense, linguistic variation expresses the ways in which subjects inscribe themselves in language and produce meanings, being historically situated within social and symbolic relations. The study concludes that understanding language from its variational and discursive dimension makes it possible to broaden the comprehension of how language functions and how subjects are constituted, recognizing linguistic diversity as an essential aspect of social life and of the construction of meaning within the space of language.

Keywords: Linguistic variation. Discourse. Subject. Meaning.

Introdução

A linguagem se constitui um fenômeno social de grande relevância e apresenta uma complexidade que ultrapassa a concepção estrutural de um mero sistema de signos. Essa complexidade se manifesta como prática cultural e discursiva essencial à experiência humana,

o que permite que os indivíduos interajam, compartilhem sentidos e construam identidades. É por meio da linguagem que os sujeitos se inserem nas relações sociais, expressando modos de pensar, agir e se posicionar no mundo. Assim, além de refletir a realidade, a linguagem participa ativamente de sua constituição e funciona como espaço de negociação simbólica no qual valores, saberes e poderes se entrelaçam.

Nessa perspectiva, têm-se que a variação linguística não corresponde a um desvio, mas expressa a diversidade que caracteriza a vida social. Cada escolha linguística revela pertencimentos, trajetórias e posicionamentos históricos, indicando que a língua(gem) permanece viva, heterogênea e mutável. Essa variabilidade demonstra que os modos de dizer são situados social e historicamente, configurando a linguagem como reflexo das dinâmicas culturais e das relações de poder que estruturam as interações humanas.

Por essa razão, compreender a língua exige ultrapassar sua dimensão formal e observá-la em seu funcionamento real, isto é, no discurso. É no ato de dizer que sentidos são produzidos, estabilizados ou transformados e que se delineiam as posições dos sujeitos no espaço social. Falar é um gesto de significação e pertencimento, um modo de tomar parte nas práticas simbólicas que tanto expressam quanto constituem o tecido social. A linguagem emerge, assim, como campo de tensão entre o instituído e o possível, entre a reprodução e a criação, articulando elementos identitários, culturais e ideológicos.

Partindo desse entendimento, este trabalho examina a língua em três dimensões interdependentes: os fatores sociais e contextuais que condicionam a variação; os mecanismos discursivos que organizam a língua em uso; e as articulações entre linguagem, identidade e poder que se manifestam no gesto de enunciar. Essa tríade permite compreender a linguagem como prática viva e plural, em que o sujeito é simultaneamente produtor e produto dos discursos que circulam socialmente.

Esse movimento amplia o olhar sobre a língua e contempla não apenas sua função comunicativa, mas também seu papel simbólico e político na constituição das identidades. Nesse percurso, aprofunda-se a compreensão de como a variabilidade linguística e os processos discursivos se articulam na formação do sujeito social. Considerar a língua em funcionamento mostra que falar é um gesto de inscrição no mundo — um ato que produz sentidos, afirma identidades e transforma realidades. Desse modo, a linguagem se consolida como espaço

privilegiado de construção do humano e do social e estabelece as bases que orientam as discussões desenvolvidas no desenrolar do trabalho.

Nesse percurso, aprofunda-se a compreensão de como a variabilidade linguística e os processos discursivos se articulam na formação do sujeito social. Considerar a língua em funcionamento mostra que falar é um gesto de inscrição no mundo — um ato que produz sentidos, afirma identidades e transforma realidades.

A linguagem se consolida, desse modo, como espaço privilegiado de construção do humano e do social, bem como define a perspectiva teórica que sustenta a abordagem aqui desenvolvida e/ou permite aprofundar as questões mobilizadas sobre os três eixos supracitados.

Dimensões da variação linguística: fatores sociais e contextuais

A variação linguística é característica natural das línguas e está intrinsecamente ligada às condições sociais e culturais dos falantes. Como observa Labov (2008), a diversidade nos modos de falar não representa erro, mas reflete o funcionamento vivo da língua nos diferentes contextos sociais em que é usada. Essa perspectiva rompe com abordagens normativas que consideram a norma padrão como única forma correta de expressão (BAGNO, 2015), evidenciando o não reconhecimento da heterogeneidade humana. A variação linguística revela como as relações sociais moldam o dizer e produzem significados distintos em diferentes comunidades de fala, reforçando que o estudo da linguagem é também o estudo da estrutura social manifestada no discurso (LABOV, 2008).

Labov (2008) destaca ainda a influência de variáveis socioculturais, como classe social, gênero, escolaridade e profissão, nas escolhas linguísticas individuais, gerando variedades dentro de uma mesma comunidade. Essas escolhas funcionam como marcadores identitários e culturais, evidenciando vínculos sociais e resistência a processos homogeneizadores (LABOV, 2008; TRUDGILL, 2001). De acordo com Bourdieu (2022), a variação não apenas reflete diferenças sociais, mas atua como ferramenta para afirmar pertencimentos, desafiar normas e construir identidades em meio a relações de poder.

Nesse exercício de pertencimento e negociação identitária, observa-se a interseção entre a dimensão social e a comunicativa da língua. Ao adaptar a fala às normas, expectativas e contextos, o falante manifesta simultaneamente sua inserção em grupos sociais e sua capacidade

de produzir significados (LABOV, 2008; BAGNO, 2015). A competência pragmática — habilidade de ajustar o repertório linguístico entre registros formais e informais segundo as necessidades situacionais — evidencia essa articulação entre social e comunicativo (SILVEIRA; FELTES, 2002). A flexibilidade do falante revela a natureza plurifuncional da língua, cujos estilos discursivos se configuram não apenas como recursos comunicativos, mas como instrumentos de construção de sentido e interação social (TAGLIAMONTE, 2025).

No entanto, segundo Bourdieu (2022), a variação linguística não ocorre de forma neutra, estando sujeita à influência de instituições que impõem normas e marginalizam variantes regionais ou sociais. Isso reproduz desigualdades sociolinguísticas e sustenta o preconceito linguístico (BOURDIEU, 2022; BAGNO, 2015). A norma padrão, enquanto capital simbólico, confere prestígio a determinados grupos e produz exclusão, transformando a língua em instrumento de distinção e perpetuando hierarquias sociais e educacionais.

Diante desse cenário, a valorização da diversidade linguística se mostra essencial para a promoção da cidadania discursiva e o reconhecimento das identidades culturais. A pluralidade linguística fortalece vínculos comunitários e atua como forma de resistência cultural e social frente a processos homogeneizadores (BAGNO, 2010; 2015). Canagarajah (2013) reforça que cada variedade carrega história, visão de mundo e valor comunicativo singular.

Nesse contexto, a escolarização desempenha papel mediador, permitindo aos alunos ampliar repertórios comunicativos. Bagno (2015) e Lucchesi (2015) defendem que o ensino da língua deve articular variedade culta e variedades populares de forma crítica e inclusiva, promovendo letramento linguístico plural. Assim, a escola atua como espaço de empoderamento discursivo, no qual os alunos transitam entre registros sem perder suas identidades linguísticas.

Pesquisas sociolinguísticas recentes mostram que a variação acompanha transformações sociais, sendo analisada com métodos quantitativos e corpora digitais que permitem mapear padrões e tendências de uso (CASTELLS, 2021; MARCUSCHI, 2010; LÉVY, 2010). Em tempos de comunicação digital, a fronteira entre oralidade e escrita torna-se mais fluida, revelando novas formas de variação e confirmando que a língua permanece em constante adaptação histórica e tecnológica.

A dimensão espacial da língua evidencia a variação geográfica, que reflete trajetórias históricas e sociais de grupos humanos. Variedades regionais funcionam como marcadores de

pertencimento e memória coletiva, revelando a interação entre mobilidade e enraizamento (BORTONI-RICARDO, 2011; TRUDGILL, 2001). Cada sotaque ou modo de dizer traduz formas singulares de estar no mundo, reforçando o caráter simbólico da língua.

No campo educacional, essa compreensão fortalece práticas inclusivas, combatendo preconceito linguístico e ampliando participação e pertencimento dos alunos (ROUSSEAU; BERGERON; VINNEAU, 2013; BAGNO, 2015; BORTONI-RICARDO, 2021). O ensino da variação passa a ser um ato de justiça cultural, promovendo diálogo e reconstrução simbólica, em que a diversidade linguística é tratada como patrimônio coletivo.

No contexto brasileiro, a multiplicidade étnica e linguística exige reconhecimento de línguas e variedades originárias indígenas e afro-brasileiras, bem como políticas públicas interculturais (BAGNO, 2015; RODRIGUES, 2010; MAHER, 2013). Reconhecer essa diversidade é reconhecer a pluralidade histórica e cultural do país, preservando memórias e fortalecendo identidades.

As novas tecnologias ampliam ainda mais o campo da variação linguística. Plataformas digitais favorecem experimentações, neologismos e hibridizações entre oralidade e escrita, desafiando fronteiras tradicionais da língua (MARCUSCHI; XAVIER, 2012; MARCUSCHI, 2010; NOVAES, 2012). Labov (2008) e Hymes (1974) defendem abordagens interdisciplinares que compreendam a língua como organismo dinâmico. Nesse sentido, valorizar a diversidade linguística legitima identidades plurais e promove justiça e coesão social (PILLER, 2016), tornando teoria, políticas e práticas educativas centradas na pluralidade linguística essenciais para fortalecer a democracia discursiva e o desenvolvimento cultural contemporâneo.

A língua em funcionamento: mecanismos e processos discursivos

A linguagem, enquanto prática social, transcende as estruturas formais das línguas e realiza-se nos processos interacionais de construção e negociação de sentidos. Nesse âmbito, o enunciado está sempre determinado por intenções, posições e condições contextuais. Bakhtin (2017) e Pêcheux (2024) sustentam que a língua concretiza-se na interação, espaço em que os sujeitos produzem, contestam e ressignificam significados.

Halliday e Matthiessen (2014) destacam que a língua constitui um recurso social que organiza significados e regula as interações, ressaltando seu dinamismo e capacidade adaptativa

frente a diferentes contextos. Dessa forma, o funcionamento linguístico não se restringe a um sistema formal estático, mas configura-se como processo social e simbólico.

Esta operacionalização depende diretamente dos mecanismos discursivos que estruturam o enunciado. Foucault (2024) e Benveniste (2020) esclarecem como tais mecanismos evidenciam a relação entre sujeito e linguagem, viabilizando a construção de sentidos, o controle da interação e o posicionamento social. O discurso emerge, assim, da articulação entre as estruturas linguísticas e as condições histórico-ideológicas que o moldam, concretizando-se mediante práticas situadas.

Para assegurar a eficácia comunicativa, a coesão textual — evidenciada por conjunções, pronomes e elipses — conecta os elementos do texto, ao passo que a coerência, fundamentada em princípios semânticos e lógicos, garante sua unidade e progressão. Koch (2011) salienta que a compreensão textual depende do reconhecimento dessas marcas, destacando que a anáfora mantém a continuidade referencial e promove economia linguística; paralelamente, a dêixis ancora o discurso no tempo e nas relações interpessoais (KOCH, 2013; LEVINSON, 1983). Esses recursos configuram o texto como um tecido relacional, no qual seus componentes articulam-se para a construção do todo.

Cumprir destacar que os conectivos discursivos organizam a argumentação mediante relações de causalidade, oposição e adição. Nascimento e Silva (2022) ressaltam que os modalizadores expressam o grau de certeza, dúvida ou avaliação do enunciador, introduzindo subjetividade ao discurso, enquanto a elipse contribui para a fluidez textual ao suprimir elementos implícitos. A gestão temporal, analisada por Ricoeur (2010), é indispensável para ordenar eventos e assegurar linearidade narrativa, equilibrando forma e significado.

Esta rede de recursos constitui o funcionamento ativo da língua. Antunes (2009) enfatiza que o domínio dessas estratégias é fundamental para a competência discursiva. Na oralidade, pausas, entonação e gestualidade ampliam o potencial comunicativo, expandindo o campo de significação para além do texto escrito (MARCUSCHI, 2010). O discurso compreende, assim, componentes corporais e contextuais que refletem a complexidade e a diversidade culturais.

Considerando a multiplicidade das práticas de linguagem, a historicidade constitui elemento inerente aos mecanismos discursivos, pois, segundo Foucault (2024), todo discurso encontra-se subordinado a regimes de verdade e a forças institucionalizadas que determinam

seus limites. Tal historicidade explica a variação das práticas discursivas em função dos tempos, espaços e relações de poder.

Neste quadro, reconhece-se que, uma vez que o discurso corresponde a uma prática social e ideológica, os recursos linguísticos que o compõem não apresentam neutralidade, mas são portadores de sentidos e posicionamentos. Pêcheux (2018) assevera que o funcionamento discursivo reflete as posições dos sujeitos e as configurações ideológicas correspondentes. Cada escolha lexical e estrutural é permeada por significados historicamente constituídos, configurando a gramática como campo de disputa simbólica (BAKHTIN, 2017; ORLANDI, 2025).

Nesse sentido, a enunciação refere-se ao momento em que o sujeito intervém no discurso, imprimindo sua posição, escolhas e subjetividade. Benveniste (2020) destaca que este ato enunciativo constitui o locutor como sujeito, transformando a língua em discurso dinâmico e evidenciando a relação dialógica entre locutor e interlocutor. Pronomes, tempos verbais e índices pessoais operam como indicadores dessa subjetividade.

No desenvolvimento da constituição subjetiva no discurso, a heterogeneidade enunciativa caracteriza-se pela presença do outro no enunciado. Conforme Authier-Revuz (2019), cada enunciado ressoa vozes anteriores e antecipa interlocutores possíveis, demonstrando que a língua circula em contextos e sujeitos em constante transformação. Dessa forma, a referenciação assume caráter reconstrutivo e dinâmico, com o interlocutor desempenhando papel ativo na produção de sentido (KOCH, 2011).

Continuando a discussão sobre o diálogo no discurso, a intertextualidade configura-se como recurso fundamental na produção de sentidos. Kristeva (2018) argumenta que todo texto constitui um mosaico de citações, espaço no qual vozes distintas se cruzam. O sujeito retoma, transforma e ressignifica discursos, configurando a língua como tecido em permanente reconstrução (BAKHTIN, 2022).

Sob a perspectiva pedagógica, a compreensão desses elementos estruturantes assume importância central para o ensino da língua materna. Antunes (2021) destaca que o ato de ensinar a língua implica orientar o uso efetivo dos recursos linguísticos na construção de sentidos em contextos reais, não se restringindo à mera reprodução formal. A abordagem dos gêneros discursivos, da argumentação e da interpretação crítica contribui para o desenvolvimento da competência comunicativa e da consciência discursiva do educando,

convertendo coesão, coerência e modalização em instrumentos para sua formação intelectual e participação social.

Nas práticas comunicativas em ambientes digitais, essa relevância torna-se ainda mais evidente, dado que as redes sociais ampliam os espaços enunciativos e demandam múltiplas competências discursivas. Marcuschi e Xavier (2012) analisam que o texto digital integra elementos verbais, visuais e sonoros, ampliando os mecanismos tradicionais e estabelecendo novas formas de significação. Tal funcionamento evidencia a capacidade adaptativa e de reinvenção da língua no ambiente digital.

Ademais, o funcionamento discursivo também expõe a relação intrínseca entre poder e linguagem, uma vez que, de acordo com Fairclough (2019), o discurso utiliza coesão e coerência para manter ou contestar relações sociais. Pêcheux (2016) ressalta que a língua representa campo político e simbólico, no qual se articulam estratégias de persuasão, silenciamento e legitimação.

No âmbito da comunicação cotidiana, tal movimento concreta-se na negociação de sentidos entre interlocutores, onde escolhas entonacionais, rítmicas e lexicais orientam interpretações e modulam as relações interpessoais. Gumperz (1982) demonstra que a compreensão depende de pistas discretas, como entonação e ritmo, que viabilizam adaptações contextuais, confirmando a língua enquanto instrumento dinâmico e compartilhado.

Partindo dessa perspectiva, os estudos pragmáticos indicam que o significado transcende o plano lexical, incorporando intenções comunicativas. Austin (1990) propôs que “dizer é fazer”, evidenciando a natureza performativa da linguagem; tal concepção é corroborada por Levinson (1983), que destaca o papel do contexto e das inferências na inclusão das estratégias cognitivas e sociais nos recursos discursivos.

Assim, ao considerar que os sentidos emergem de ações e interpretações situadas, a linguagem assume a condição de prática interativa e performativa, evidenciando a dimensão simbólica e relacional do ser humano. O discurso, enquanto espaço em que o sujeito se reconhece, constitui-se e atua, é o meio pelo qual o sujeito se insere na história e na vida social, deixando marcas de sua presença (ORLANDI, 2025). Portanto, analisar o funcionamento da língua equivale a compreender a complexidade humana em sua historicidade e potencial de significar.

Linguagem, identidade e poder: articulações discursivas na constituição do sujeito

Na interseção da linguagem com as práticas sociais, delineiam-se identidades e relações de poder que conformam o sujeito em suas múltiplas dimensões indenitárias e relacionais. Foucault (2021; 2024) concebe o poder como uma rede dinâmica, manifestada nos discursos que estruturam processos sociais complexos e contingentes, instaurando regimes de verdade e definindo os limites do que pode ser dito, produzindo identidades e hierarquias simbólicas. Nesse ambiente discursivo, conforme Fairclough (2019; 2023), as relações de dominação, resistência e transformação se articulam constantemente, evidenciando tensões sociais presentes na esfera pública e privada.

A constituição indenitária ocorre nessa intersecção entre linguagem e sujeito, caracterizada por processos políticos e dialógicos. Segundo Bakhtin (2011; 2017), a identidade emerge como um fenômeno multifacetado, composto por múltiplas vozes e significações que refletem a mediação das relações sociais. Bourdieu (2021; 2022) enfatiza que as práticas linguísticas são instrumentos de poder que mediam inclusão e exclusão social, configurando as desigualdades simbólicas e definindo quem detém a palavra ou fica silenciado. Essa mediação social das identidades é, portanto, um campo de disputas simbólicas onde a linguagem exerce papel fundamental.

No âmbito das interações discursivas, a identidade manifesta-se performativamente, negociada e reconfigurada continuamente. Lemke (2008) e Rajagopalan (2003) chamam atenção para a naturalização das formas hegemônicas de linguagem, particularmente no contexto educacional, que reforçam exclusões sociais e ocultam a historicidade subjacente às práticas discursivas. Em contrapartida, Hodge e Kress (2025) destacam a importância da valorização das variedades linguísticas originárias como formas legítimas de resistência cultural e política, processo no qual as narrativas dos sujeitos constroem identidades contestatórias, conforme reforça Mishler (1999).

O poder simbólico inscrito na língua regula hierarquias e perpetua desigualdades, ainda que o discurso mantenha sua ambivalência ao atuar simultaneamente como instrumento de dominação e resistência (FAIRCLOUGH, 2019). Figueredo e Mastrella de Andrade (2013) ressaltam que a identidade é formada na tensão entre reprodução e transformação social, configurando sujeitos históricos capazes de gerar possibilidades diferenciadas de sentido.

Assim, compreende-se que a articulação entre linguagem, identidade e poder é essencial para a elaboração de práticas discursivas éticas, críticas e emancipadoras.

A sociolinguística variacionista contribui para essa compreensão ao destacar que a variação linguística encerra a tensão entre conservação e inovação, evidenciando e moldando as posições identitárias em contextos comunitários e profissionais (LABOV, 2008; ECKERT, 2018). A política das identidades assume papel central no debate contemporâneo ao promover o reconhecimento da heterogeneidade linguística como expressão de múltiplas práticas culturais e posicionamentos ideológicos, desafiando concepções estáticas e universalizantes da língua (LABOV, 1972; PÊCHEUX, 2024; PENNYCOOK, 2021).

Dentro dessa perspectiva, a análise discursiva concebe a linguagem como força constitutiva das identidades, vinculando os aspectos social e político. Gumperz e Hymes (1986) destacam que a investigação dos estilos linguísticos individuais e coletivos possibilita compreender o diálogo entre variação e identidade nas interações, sublinhando o papel ativo dos falantes. Fairclough (2019) complementa ao apontar que a linguagem é uma prática de pertencimento, em que cada escolha linguística legitima ou contesta estruturas de poder, tornando o discurso um espaço privilegiado para a análise da identidade em movimento.

As interações discursivas configuram arenas simbólicas onde as relações de poder se reafirmam ou se tensionam continuamente. Calvet (2009) argumenta que a linguagem transcende a simples representação das tensões sociais, constituindo espaço ativo de disputa por legitimidade e reconhecimento, assumindo simultaneamente funções resistivas e reproduzidoras de desigualdades culturais. A intensificação desses processos pela mediação tecnológica amplia a circulação e o confronto entre vozes hegemônicas e contrárias (ROJO; MOITA LOPES, 2023), evidenciando a centralidade dos discursos nas esferas política, midiática e educacional.

Este contexto destaca o papel do discurso na consolidação e contestação de normas sociais, já que as linguagens dominantes tendem a naturalizar critérios normativos e marginalizar variedades subordinadas. Foucault (2021; 2024) enfatiza que tais mecanismos produzem legitimidade para determinados grupos e exclusão para outros, o que demanda reflexão crítica sobre a responsabilidade social do discurso na formação dos sujeitos e na promoção de práticas inclusivas.

O discurso é também eixo central na afirmação das identidades sociais marcadas por gênero, raça e classe. Bakhtin (2017) considera a linguagem um espaço de formação e confronto identitário, funcionando simultaneamente como meio de resistência e conformação. Butler (2021) destaca a performatividade discursiva como mecanismo por meio do qual o sujeito se constitui, mostrando que a fala pode representar tanto sujeição quanto emancipação social.

Nesse sentido, a performatividade discursiva constitui instrumento estratégico para que os sujeitos afirmem, negociem e transformem suas posições sociais. Mishler (1985) ressalta o potencial político de cada enunciação, capaz de desafiar hegemonias e redefinir fronteiras identitárias (LOPES, 2006). Tal perspectiva implica reconhecer que a linguagem atua como prática constitutiva e transformadora, mediadora das complexas interações entre poder, identidade e representação linguística.

Fairclough (2023) sublinha que a linguagem não é neutra, mas carregada de posições sociais e conflitos simbólicos, posicionamento corroborado por Resende e Ramalho (2018), que apontam a desconstrução dos discursos hegemônicos como caminho para fomentar práticas discursivas inclusivas e equitativas.

A análise crítica das inter-relações entre linguagem, poder e identidade destaca o potencial das práticas discursivas plurais para promover justiça social. Autores como Freire (2023), Hall (2006) e Hooks (2019) sustentam que compreender essas conexões é fundamental para processos discursivos que ampliem as vozes marginalizadas, promovam equidade e reafirmem o papel ético da linguagem na reconstrução simbólica e no reconhecimento intercultural.

Quando a dimensão ética do reconhecimento é colocada como eixo de análise, a linguagem passa a ser compreendida como espaço de ação e circulação social, em que a variação linguística exprime experiências e contextos multifacetados. É nesse processo que os falantes ajustam, combinam e recriam recursos linguísticos, produzindo sentidos que respondem às situações interacionais, demonstrando a vitalidade das práticas discursivas na constituição do social.

Compreender esses modos de significar e suas implicações para a produção discursiva permite não apenas situar o percurso teórico deste estudo, como também fundamentar os procedimentos metodológicos que serão descritos a seguir.

Metodologia

A pesquisa, de cunho qualitativo, bibliográfico e interpretativo, fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e da Análise do Discurso, o que orienta tanto a seleção quanto o tratamento das fontes mobilizadas. O percurso metodológico foi estruturado para assegurar coerência interna e sustentação conceitual às reflexões desenvolvidas.

Procedimentos da pesquisa

O estudo seguiu quatro movimentos complementares:

a) Mapeamento bibliográfico inicial: realização do levantamento sistemático em bases acadêmicas e acervos especializados para identificar obras essenciais ao tema e delimitar o conjunto de autores centrais.

b) Seleção das fontes: aplicação de aplicaram-se critérios de pertinência temática, consistência teórica e adequação aos objetivos da pesquisa, definindo o corpus bibliográfico utilizado.

c) Organização temática do material: as obras selecionadas foram distribuídas em três eixos teóricos que sustentam o percurso argumentativo: fundamentos da variação linguística; mecanismos discursivos e funcionamento da língua; relações entre linguagem, subjetividade e poder.

d) Integração reflexiva das teorias: à articulação crítica entre os conceitos dos diferentes autores, de modo a compreender a língua na intersecção entre variação, discurso e constituição do sujeito. Essa etapa constitui elaboração teórica, não análise empírica.

Critérios de seleção das fontes

Inclusão:

- ✓ Obras reconhecidas nos campos teóricos adotados;
- ✓ Textos que concebem a língua como fenômeno social, histórico e heterogêneo;
- ✓ Contribuições que dialogam com questões de sujeito, identidade e poder;
- ✓ Publicações com credibilidade editorial e circulação acadêmica relevante.

Exclusão:

- ✓ Abordagens prescritivas ou normativas;
- ✓ Perspectivas que tratam variação como erro; estudos estritamente quantitativos desarticulados de bases teóricas;
- ✓ Materiais sem legitimidade acadêmica ou sem vínculo com os objetivos do estudo.

Limitações da pesquisa

Reconhecem-se limites decorrentes do próprio escopo adotado:

- ✓ Ausência de análise de fala em situação real;
- ✓ Impossibilidade de abarcar todas as vertentes teóricas dos campos mobilizados;
- ✓ Necessidade de atualização contínua devido à presença de obras clássicas no texto

Considerações finais

A análise da variação linguística e do funcionamento da língua sob o olhar discursivo evidencia a complexidade e a vitalidade das práticas comunicativas humanas. A língua, longe de ser um sistema fixo e homogêneo, constitui-se como um organismo simbólico em constante movimento, moldado pelas condições sociais, culturais e históricas que sustentam sua existência. Cada interação redefine seus contornos e sentidos, mostrando que a variação não é um desvio, mas o próprio motor da linguagem. Nessa perspectiva, a pluralidade linguística não fragiliza o sistema, mas o fortalece, revelando sua capacidade de adaptação e de criação de novos modos de significar.

Essa dinamicidade se explica pelos mecanismos discursivos que operam nas práticas de linguagem, os quais organizam, estabilizam e transformam o sentido nas relações cotidianas. Ao compreendê-los, percebe-se que o discurso ultrapassa a dimensão estrutural da língua e incorpora aspectos pragmáticos, ideológicos e interacionais. É nesse movimento que os falantes negociam sentidos, constroem identidades e estabelecem relações de poder. Assim, o funcionamento da língua se manifesta como processo social ativo, em que cada escolha linguística reflete e produz significados que sustentam as interações humanas.

Nesse ponto, a articulação entre linguagem, identidade e poder torna-se eixo fundamental para compreender o papel social do dizer. A linguagem, ao mesmo tempo em que pode servir à manutenção de hierarquias simbólicas, também oferece espaço para resistência e reconfiguração das posições sociais. O ato de falar, portanto, não se limita à expressão individual: é um gesto político, uma forma de inscrição no mundo que pode tanto reafirmar desigualdades quanto produzir novas formas de pertencimento. Essa compreensão amplia o olhar sobre o discurso, evidenciando sua natureza ambivalente, simultaneamente dominadora e libertadora.

Dessa reflexão decorre a importância de reconhecer a diversidade linguística como elemento estruturante da inclusão social e da cidadania. Valorizar as diferentes formas de falar é reconhecer a legitimidade das múltiplas vozes que compõem o tecido social. A consciência crítica sobre o papel do discurso possibilita desvelar as relações de poder que silenciam sujeitos e marginalizam práticas linguísticas. Assim, promover a pluralidade comunicativa não é apenas um gesto pedagógico ou linguístico, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais democrática, justa e representativa.

Dessa compreensão decorre a necessidade de reafirmar que estudar a língua em funcionamento requer uma abordagem interdisciplinar e crítica, capaz de articular teoria e prática, discurso e realidade. A linguagem deve ser compreendida como espaço vivo de significação, onde se constroem e se contestam valores, identidades e formas de poder. A reflexão aqui desenvolvida convida a repensar as práticas comunicativas em todos os âmbitos — educacional, político e social —, reforçando que compreender o discurso é compreender o próprio movimento da sociedade. Assim, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que o humano se reconhece, se transforma e se projeta no mundo.

Referências

- ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editoria, 2021.
- ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.

AUTHIER-REVUZ, J. **La représentation du discours autre**: Principes pour une description. Berlin: De Gruyter, 2019.

BAGNO, M. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Parábola, 2015.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, M. **Problemas da obra de Dostoiévski**. São Paulo: Editora 34, 2022.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade**: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2021.

BUTLER, J. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CALVET, L. J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

CANAGARAJAH, S. **Translingual Practice**: Global Englishes and Cosmopolitan Relations. London/New York: Routledge, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

ECKERT, P. **Meaning and Linguistic Variation**: The Third Wave in Sociolinguistics. Cambridge University Press, 2018.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: UnB, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Linguagem e poder**. Tradução de Wanderley Ferreira. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

FIGUEREDO, C. J.; MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R. (org.). **Ensino de línguas na contemporaneidade**: práticas de construção de identidades. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2024.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 87. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GUMPERZ, J. J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. H. (orgs.). **Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. Routledge, 2014.

HODGE, R.; KRESS, G. **Language as ideology**. 1. ed. Londres: Routledge, 2025.

HOOKS, B. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HYMES, D. **Foundations in Sociolinguistics: An Ethnographic Approach**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1974.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

KRISTEVA, J. **Semiótica**: investigações para uma semântica. Tradução de Lúcia de Almeida Prado. São Paulo: Edusp, 2018.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMKE, J. L. Identity, development and desire: Critical questions. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; IEDEMA, R. (org.). Identity trouble: critical discourse and contested identities. Houndmills: **Palgrave Macmillan**, 2008. p. 17-42.

LEVINSON, S. C. Pragmatics. **Cambridge**: Cambridge University Press, 1983.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LOPES, M. F. S. **Discurso, identidade e poder**: a questão do sujeito. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MAHER, T. M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C. *et al.* (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes, 2013. p. 117-134.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MISHLER, E. G. **Storylines**: Craftartists' Narratives of Identity. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

MISHLER, E. G. **The Discourse of Medicine**: Dialectics of Medical Interviews. Norwood, NJ: Ablex, 1985.

NASCIMENTO, E. P.; SILVA, J. M. Modalizadores discursivos e argumentatividade no gênero procuração. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/3215>. Acesso em: 28 set. 2025.

NOVAES, A. M. P. Letramento, oralidade e escrita em contexto digital. **Caderno Seminal Digital**, Ano 18, n. 17, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/11014/8705>. Acesso em: 20 set. 2025.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2025.

PÊCHEUX, M. **Análise do discurso**: semântica e discurso. Tradução de Eni Orlandi e Peter Júnior. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2024.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à fundamentação da análise do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2018.

PENNYCOOK, A. **Critical Applied Linguistics**: A Critical Re-introduction. 2. ed. New York: Routledge, 2021.

PILLER, I. **Linguistic Diversity and Social Justice**: An Introduction to Applied Sociolinguistics. Oxford: Oxford University Press, 2016.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão crítica. São Paulo: Parábola, 2003.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: tomo I, II e III. Tradução de Constança Marcondes Cesar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: tomo I, II e III. Tradução de Constança Marcondes Cesar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. "Tupí, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil". IN: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (orgs.). **O português e o tupí no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27-47.

ROJO, R.; MOITA LOPES, L. P. (orgs.). **[Multi]letramentos, tecnologias e contemporaneidade**: processos de ensino-aprendizagem, circulação social e práticas discursivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

ROUSSEAU, G.; BERGERON, L.; VIENNEAU, R.. L'inclusion scolaire pour gérer la diversité: des aspects théoriques aux pratiques dites efficaces. **Revue suisse des sciences de l'éducation**, v. 35, n. 1, p. 71–90, 2013. Academic Press Fribourg. Acesso em: 15 out. 2025.

SILVEIRA, J.; FELTES, H. **Pragmática e cognição**: a textualidade pela relevância e outros ensaios. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TAGLIAMONTE, S. A. **Analysing Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: An Introduction to Language and Society. Nova Iorque: Penguin Books, 2001.